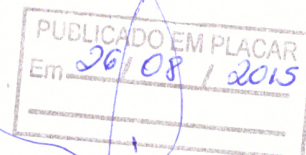


**ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



Marcos Aires Rodrigues
Procurador Geral do Município
Decreto 001/2013

LEI N.º 2.256, DE 26 DE AGOSTO DE 2.015.

“Autoriza a mudança de destinação de área urbana e dá outras providências.”

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à mudança de destinação de área de terreno urbano com sua consequente desafetação, para fim de doação à **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT** – empresa pública constituída nos termos do Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 34.028.316/0001-03, sediada na ST SBN, Quadra 01, Bloco A, s/nº, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, objetivando a construção e instalação de uma agência de Correios própria, no imóvel de propriedade do Município, a seguir descrito, conforme Memorial Descritivo de fls. 15, dos Autos Administrativo de nº 003515/2.015, como sendo:

I – “Uma área de terra urbana caracterizada como parte da **ÁREA DESMEMBRADA DA APM – 02**: “Inicia-se a descrição da área destinada à agência de Correios, com área total de 150.00m² neste município com os seguintes limites e confrontações: Partindo do P-01 ao P-02 com distância de 10.00m, confrontando com a Rua Campos Lindos; Segue do P-02 ao P-03 com distância de 15.00m, confrontando com área remanescente da APM 02; Segue do P-03 ao P-04 com distância de 10.00, confrontando com área remanescente da APM 02; Segue do P-04 ao P-01 com distância de 15.00m, confrontando com AV 01; Finalizando assim o perímetro desta área”, DO **LOTEAMENTO DISTRITO LUZIMANGUES**, no município de Porto Nacional/TO.

Art. 2º - A Empresa de Correios e Telégrafos terá o prazo de 12 (doze) meses para iniciar a construção e igual prazo para a conclusão e instalação da agência dos Correios, sob pena do imediato retorno do bem ao patrimônio do Município, sendo que a empresa somente poderá escriturar o imóvel após o término da construção e com a devida vistoria do Município.

Art. 3º - A utilização do imóvel para outra finalidade, que não a mencionada no art. 1º desta lei, acarretará a retrocessão ao município, sem quaisquer ônus para o doador.

Art. 4º- As despesas decorrentes da escritura pública de doação e transcrições correrão por conta da empresa donatária.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de
agosto do ano de 2.015.**


OTONIEL ANDRADE
Prefeito Municipal